



Opinião pública, diplomacia e nacionalismo. O impacto da Primeira Guerra no Brasil e na Argentina

Public opinion, diplomacy and nationalism. The impact of the First War in Brazil and Argentina

José Luis Bendicho Beired
Universidade Estadual Paulista
Brasil
j.beired@unesp.br

Resumo

Este artigo trata um conjunto de aspectos relativos ao impacto da Primeira Guerra Mundial no Brasil, para ao final estabelecermos uma comparação com a Argentina. A guerra dividiu a opinião pública, repercutiu sobre a economia e alterou a política externa brasileira. A guerra submarina alemã e o afundamento de navios mercantes brasileiros levaram ao rompimento de relações do Brasil com o Império Alemão, a declaração do estado de guerra e por fim a colaboração humanitária e militar com a Entente. O fim do conflito abriu uma nova fase na qual o país ingressou na Liga das Nações e ali desenvolveu uma política de projeção internacional. Analisaremos como o despertar do nacionalismo na vida política e intelectual após 1914 propiciou tanto a formação de uma consciência crítica quanto de uma direita autoritária no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: Primeira Guerra, Diplomacia, Opinião pública, Nacionalismo, Intelectuais.

Abstract

This article discusses the impact of the First World War in Brazil and after that establishes a comparison with Argentina. The war divided the public opinion, affected the economy and changed the Brazilian foreign policy. The German submarine warfare and the sinking of Brazilian merchant ships led to the breakup of Brazil's relations with the German Empire, the declaration of the state of war and finally the humanitarian and military collaboration with the Entente. The end of the conflict opened a new stage during which the country joined the League of Nations and developed policies of international outreach. We will investigate how the awakening of nationalism in the intellectual and political life after 1914 provided the formation of both a critical consciousness as a authoritarian right in Brazil and Argentina.

Key Words: First World War, Diplomacy, Public opinion, Nationalism, Intellectuals.



Introdução

“Formos todos, sobretudo a partir de 1918, levados a rever as nossas ideias e tudo aquilo que para nós passou a representar a configuração do que hoje chamamos de *belle époque*.” Tais palavras de Alceu Amoroso Lima, um dos principais personagens da vida intelectual brasileira, são expressivas da percepção de toda uma geração a respeito da Primeira Guerra Mundial como um divisor de águas no curso da história republicana.¹

Os historiadores concordam que Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas constitui o principal marco político de transformação da Primeira República ao representar o fim da fase liberal-oligárquica. No entanto, isso tem levado a desconsiderar a repercussão interna da Grande Guerra quer pela distancia do Brasil em relação ao conflito, quer pela continui-

dade dos fundamentos do sistema político republicano. Em contraposição, sustentamos que a guerra teve um papel mais preponderante na cena brasileira do que usualmente lhe é atribuído, vinculando os acontecimentos internos às profundas mudanças do quadro internacional que a tornaram o evento fundador da história do século XX.²

A hipótese geral deste artigo é que o conflito não apenas produziu uma inédita mobilização da opinião pública e novas iniciativas do Estado brasileiro, como representou um ponto de inflexão histórica ao desencadear a formação de uma nova consciência crítica dos problemas nacionais e a busca de respostas para o futuro do Brasil. Em outros termos, entende-se que

1. LIMA, Alceu Amoroso, *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*, Rio de Janeiro, Agir, 1969, p. 49; MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil. 1930-1945*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978, p. 221.

2. HOBBSAWM, Eric, *A era dos extremos. O breve século XX*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995; BEIRED, José Luis B., *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*, Loyola, São Paulo, 1999, p. 17; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de, *A questão nacional na Primeira República*, Brasiliense, São Paulo, 1990, p. 145; COMPAGNON, Olivier, *O adeus à Europa. A América Latina e a Grande Guerra*, Rocco, Rio de Janeiro, 2014, p. 16.

os fenômenos desencadeados durante e no pós-guerra são fundamentais para explicar o quadro de fatores que culminaram na Revolução de 1930³ e que subsidiaram as alternativas nacionalistas e autoritárias da Primeira Era Vargas. Para desenvolver essa hipótese, analisaremos alguns momentos cruciais na seguinte ordem: a divisão da opinião pública em relação à guerra; o posicionamento do governo brasileiro, enfatizando a adesão do Brasil à Tríplice Entente e a participação na Liga das Nações; o despertar nacionalista na vida política e intelectual; e finalmente, a repercussão do conflito na Argentina em perspectiva comparada com o Brasil.

A divisão da opinião pública

Desde o início, em agosto de 1914, a guerra despertou polêmicas na opinião pública brasileira a respeito da natureza do conflito, do papel dos países beligerantes e da posição do Brasil.⁴ Como era de se esperar houve uma di-

visão entre aliadófilos, neutrais e germanófilos, baseada em um amálgama de fatores que envolviam valores culturais, referências ideológicas e interesses econômicos. No mesmo mês, a Câmara dos deputados refletiu a controvérsia quando foi discutida a proposta do deputado Irineu Machado em favor de um voto de solidariedade à França, o que acabou sendo aprovado, mas não sem o questionamento de outro deputado em defesa da neutralidade do Brasil.⁵

A resposta organizada dos intelectuais não tardou, materializando-se na fundação da *Liga Brasileira pelos Aliados* (doravante, LBA), na cidade do Rio de Janeiro, em março de 1915. Tendo como objetivo expresso “prestar apoio moral e caritativo às nações que lutam contra o imperialismo e o militarismo alemães”, foi a principal entidade a galvanizar o apoio da opinião pública aos países da Entente. A iniciativa, tomada em uma reunião na Casa Garnier do Rio de Janeiro, filial da livraria e editora de mesmo nome sediada em Paris, por si só patentearia a importância da influência francesa no mundo letrado brasileiro.⁶

3. Movimento político que levou à deposição do presidente Washington Luiz sob a alegação de fraude das eleições que deram a vitória ao candidato governista Júlio Prestes em detrimento do candidato da oposição, Getúlio Vargas.

4. Por opinião pública entende-se aqui a posição de uma sociedade em relação a determinados acontecimentos. Longe de ser unívoca, a rigor coexistem várias opiniões que expressam a diversidade de interesses, conflitos e valores coletivos. Neste artigo privilegiamos o rol desempenhado pela imprensa, pois, no contexto da Primeira Guerra ela desempenhou um papel preponderante na conformação da opinião pública relativa à política exterior. A imprensa, principalmente a grande imprensa, participou da elite de formuladores da opinião pública ao lado de intelectuais, membros do Congresso Nacional e altos funcionários da burocracia. Cf. MENEZES, Lená, LESSA, Mônica, “Circuitos da informação na era da catástrofe. Notas sobre a imprensa escrita em tempos de guerra e revolução”, em FONSECA,

Silvia, CORRÊA, Maria Letícia (organizadores) *200 anos de imprensa no Brasil*, Contra Capa, Rio de Janeiro, 2009, pp. 194-207. A propósito do uso do conceito pelo historiador e da sua manipulação política: BECKER, Jean-Jacques, “L’opinion publique: un populisme?”, in *Vingtème Siècle*, Paris, 1997, Nº 56, pp. 92-98; “A opinião”, in RÉMOND, René, *Por uma história política*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996, pp. 185-211.

5. O deputado Irineu Machado foi questionado pelo deputado Fonseca Hermes, irmão do ex-presidente Hermes da Fonseca. VINHOSA, Francisco L. T., *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial. A diplomacia brasileira e as grandes potências*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1984, p. 14; BUENO, Clodoaldo, *A política externa da Primeira República. Os anos de apogeu - de 1902 a 1918*, Paz e Terra, São Paulo, 2003, p. 453.

6. Participaram da reunião os escritores José Veríssimo, Graça Aranha, Antônio Reis Carvalho e o capitão do

As atividades da LBA consistiam essencialmente na publicação de matérias na imprensa, promoção de conferências e reuniões, difusão de propaganda e coleta de doações a serem enviadas aos Aliados e à Cruz Vermelha brasileira e francesa. Como presidente de honra foi escolhido Rui Barbosa, o mais importante jurista do país, ex-ministro e defensor das convenções internacionais; e para as vice-presidências foram indicados renomadas personalidades: o ensaísta e crítico literário José Veríssimo; Pedro Lessa, magistrado da Suprema Corte; o deputado federal Alexandre Jose Barbosa Lima; o senador Antônio Azeredo, vinculado à imprensa carioca; o poeta Olavo Bilac e o sociólogo Manoel Bonfim. O comando da ligação ficou a cargo do escritor Graça Aranha, que retornara de funções diplomáticas na Europa.⁷ A LBA foi ainda responsável pela veiculação da propaganda aliada na América Latina, a exemplo da produzida pelo Comitê de Propaganda Franco-Belga, mediante a tradução e publicação de volumes dedicados a denunciar as atrocidades da Alemanha.⁸ Entre tais atividades, em 1917 foi traduzido ao português pela

Editora Garnier o livro *O plano pangermanista desmascarado*, de André Chéradame. Publicado um ano antes em francês, denunciava uma conspiração para estabelecer uma confederação germânica na Europa Central, o domínio de colônias africanas e a influência sobre os imigrantes alemães que viviam no Brasil.⁹

Principal agente de formação da opinião pública, a imprensa teve um papel decisivo no debate sobre a Grande Guerra. Os órgãos de imprensa não apenas noticiaram, como tomaram partido em relação aos beligerantes e atuaram como porta-vozes das correntes em que se dividiu a sociedade brasileira.¹⁰ Alinhados com os Aliados estiveram os jornais *A Noite*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *A Gazeta de Notícias* e *O Imparcial*, do Rio de Janeiro; e os paulistas *O Estado de S. Paulo*, *O Correio Paulistano* e *Diário Popular*. Entre os germanófilos destacavam-se o carioca *A Tribuna* e o *Diário de Notícias*, de Salvador. Já em favor da neutralidade os principais foram o *Jornal do Brasil* e *O Correio da Manhã*, ambos do Rio de Janeiro. Era evidente a preponderância da simpatia aos Aliados nos meios de comunicação. O jornalista Júlio Mesquita, proprietário do principal diário *O Estado de S. Paulo*, notabilizou-se por suas análises publicadas semanalmente na coluna “Boletim da Guerra” ao deixar um testemunho vívido dos eventos e das suas implicações. Conhecido por sua visão liberal, e opositor incondicional do militarismo germânico, mesmo sob dificuldades financeiras em razão do boicote dos anunciantes alemães, Júlio Mesquita vaticinou que o mundo estava às vésperas de uma pro-

Exército Elyseu Montarroyos. A respeito das atividades da LBA e suas relações com a Casa Garnier: PIRES, Livia Claro, “Os inimigos da nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919)”, in *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, 2015, V. 8, Nº 1, pp. 61-80. De acordo com Denis Rolland, a França constituía uma matriz de interpretação histórica e fonte de inspiração política, cultural e ideológica no Brasil e demais países latino-americanos: ROLLAND, Denis, “La crise exemplaire d’un modèle européen en Amérique Latine: les racines anciennes du retrait du modèle politique e culturel français”, in *História (São Paulo)*, São Paulo, 2008, V. 27, Nº 1, pp. 283-344.

7. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira, *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...*, Op. Cit., p. 14.

8. COMPAGNON, Olivier, *O adeus à Europa...*, Op. Cit., p. 79.

9. CHÉRADAME, André, *O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula*, Garnier, Paris, 1917.

10. GARAMBONE, Sidney, *A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*, Mauad, Rio de Janeiro, 2001.

funda transformação material e moral.¹¹

Por sua vez, os intelectuais, figuras que na época transitavam entre a vida política, jornalística e cultural, formavam um grupo majoritariamente favorável aos Aliados; encaravam o conflito como uma guerra entre a civilização e a barbárie, entre a justiça e a força representadas respectivamente pela Entente e a Tríplice Aliança.¹² A notoriedade dos intelectuais somada à força dos seus argumentos mostraram-se capazes de mobilizar a opinião pública em favor da sua causa. Por exemplo, um polêmico discurso de Rui Barbosa nas comemorações oficiais do centenário da independência da Argentina, em Buenos Aires, foi objeto de imediata repercussão internacional. Rui Barbosa havia sido indicado embaixador especial do Brasil para chefiar a delegação brasileira nas atividades do evento, e, nessa condição, realizou uma conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, em julho de 1916. O tema principal da conferência foi a proposição de um novo conceito de neutralidade. Sustentava que diante da internacionalização crescente dos conflitos e a interdependência das nações, a guerra não podia restringir-se apenas aos estados beligerantes, pois suas comoções, estragos e misérias repercutiam de diversas maneiras sobre os povos

mais distantes. Acrescentava que os neutros não poderiam ser vítimas passivas das potências em guerra, como se nada tivessem com o conflito, afirmando que neutralidade não significava impassibilidade ou imparcialidade, pois não existia imparcialidade entre o direito e a injustiça. Tratava-se da defesa de uma “neutralidade ativa” cuja consequência lógica era o próprio abandono da neutralidade pelo apoio à justa causa dos Aliados. A repercussão foi ampla, incluindo o apoio da Câmara de Deputados da Argentina, do Primeiro Ministro francês Georges Clemenceau e órgãos da imprensa internacional. No entanto, foi recebida negativamente pelas autoridades alemãs, cujos representantes no Rio de Janeiro pediram explicações ao governo brasileiro.¹³

O apoio da opinião pública ao Império Alemão foi muito menor que o dedicado aos Aliados, mas nem por isso foi menos contundente. O Brasil mantinha filiais de empresas alemãs em seu território e importantes relações econômicas com a Alemanha, ao mesmo tempo em que possuía a maior comunidade de imigrantes alemães da América Latina. O principal defensor da causa alemã foi o jornalista e deputado federal Dunshee de Abranches, que ocupava o cargo de presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados até renunciar quando o governo brasileiro rompeu relações com o Império Alemão. A defesa da neutralidade do Brasil diante do conflito era acompanhada da inequívoca simpatia pela vitória alemã. Declarado admirador da cultura germânica, manifestou suas posições desde o início do conflito no Congresso Nacional, na imprensa e em livros, a exemplo de *A ilu-*

11. Tais escritos foram reunidos em MESQUITA, Júlio, *A Guerra (1914-1918)*, Terceiro Nome, São Paulo, 2002; MALATIAN, Teresa, “A construção do convencimento: Júlio Mesquita e os Boletins de Guerra do jornal O Estado de S. Paulo (1914-1918)”, in *Patrimônio e Memória*, Assis, 2013, V. 9, Nº 2, pp. 205-219. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/349/686>>.

12. Nas suas fileiras encontravam-se José Veríssimo, Ruy Barbosa, Medeiros de Albuquerque, Graça Aranha, Coelho Neto, Olavo Bilac, Félix Pacheco, Assis Brasil, Tobias Monteiro, Otto Prazeres, Gilberto Amado e Flexa Ribeiro, entre outros.

13. VINHOSA, Francisco L. T., *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...*, Op. Cit., pp. 16-18.

são brasileira.¹⁴ Denunciava que a guerra era o resultado dos interesses econômicos imperialistas dos Aliados ao mesmo tempo em que indicava os prejuízos comerciais sofridos pelo Brasil em razão do bloqueio naval britânico e das restrições impostas pelas chamadas “listas negras”. Repudiava por difamadores e hipócritas os argumentos que colocavam a Alemanha como protagonista de ações bárbaras durante a guerra enquanto os Aliados recebiam o epíteto de defensores da civilização. O rompimento de relações com o Império Alemão constituía um erro político e econômico que havia fraturado a solidariedade sul-americana e que fazia do Brasil instrumento dócil dos interesses dos Estados Unidos e dos Aliados europeus. Sobretudo, impediria a oportunidade de o Brasil conquistar sua liberdade econômica em razão de um suposto acordo secreto entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em favor do domínio norte-americano na América Latina.¹⁵

O apoio à causa alemã era complementado pelos jornais publicados pela colônia de imigrantes alemães das regiões Sul e sudeste do Brasil. Tais jornais conclamavam os reservistas alemães residentes no Brasil a que retornassem à Alemanha para pegar em armas, a exemplo do *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre. Também eram reproduzidos artigos originários da imprensa germânica da Argentina e inclusive outros jornais foram criados para veicular notícias durante o conflito, tal como *O Diário*, do Rio de Janeiro, e *A Guerra*, de Porto Alegre. Todos, fortemente comprometidos com a vitória da Tríplice Aliança, deram suporte à

propaganda internacional do Império Alemão de modo a justificar os seus atos e colocar em questão as ações dos Aliados.¹⁶

Entre os extremos, uma boa parte dos intelectuais defendia a neutralidade do Brasil: Assis Chateaubriand, Azevedo Amaral, Jackson de Figueiredo, Lima Barreto, Vicente de Carvalho, Pires do Rio, Gabriel Salgado, Carlos Laet, Alberto Torres e Oliveira Lima. Os neutralistas argumentavam que o conflito dizia respeito apenas aos interesses das potências imperialistas e que o Brasil nada teria a ganhar com o alinhamento aos Aliados ou aos Estados Unidos. Ao contrário, contribuiria para tornar o Brasil ainda mais dependente economicamente. Na visão de Alberto Torres, o ideal seria um empate entre os dois lados em pugna cujo desdobramento seria o enfraquecimento das forças imperialistas, em benefício do Brasil e do restante da América Latina.¹⁷ Por sua vez, Oliveira Lima, renomado historiador e diplomata, apontava o redespertar e a atualização da Doutrina Monroe como consequência das aspirações de hegemonia universal da Alemanha. Comparava os Estados Unidos às potências coloniais do passado e justificava os temores dos países da América Latina diante do intervencionismo norte-americano. Tais opiniões, divulgadas por meio de artigos jornalísticos e em conferências em universidades norte-americanas, provocaram intensas polêmicas travadas não apenas na imprensa mas também nos círculos diplomáticos, levando ao rompimento da antiga amizade de Oliveira Lima com Rui

14. ABRANCHES, Dunshee de, *A ilusão brasileira (justificativa histórica de uma atitude)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

15. BUENO, Clodoaldo, *A política externa da Primeira República...*, Op. Cit., p. 454.

16. COMPAGNON, Olivier, *O adeus à Europa...*, Op. Cit., pp. 109-112.

17. Sociólogo, ensaísta e político fluminense que ocupara importantes postos de presidente do Estado do Rio de Janeiro, deputado federal e membro do Supremo Tribunal Federal.

Barbosa.¹⁸ Finalmente, o escritor Lima Barreto condenava o racismo existente nos Estados Unidos e vaticinava a união futura dos países latino-americanos para acabar com a opressão disfarçada dos “ianques”.¹⁹

Expressão dos trabalhadores urbanos organizados, a imprensa operária não acompanhou a maioria da imprensa aliadófila. Os trabalhadores também foram contrários à guerra e defensores da neutralidade tanto por razões ideológicas quanto econômicas. Entendiam o conflito como choque de interesses imperialistas e alheios aos interesses populares. Por outro lado, a guerra havia atingido negativamente a atividade econômica brasileira: as exportações centradas no café sofreram enormes perdas e o comércio exterior sofreu inúmeras restrições que acarretaram o crescimento da taxa de desemprego e o decréscimo dos salários. Diante disso, jornais e sindicatos operários mobilizaram-se mediante a criação de movimentos pela paz tais como a “Comissão Popular de Agitação contra a Guerra”, do Rio de Janeiro, e a “Comissão Internacionalista contra a Guerra, de São Paulo”. Às tradicionais reivindicações dos trabalhadores somaram-se as derivadas dos efeitos da conflagração, formando um quadro de tensão que explodiu na greve geral paulista de 1917 e na insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro. Uma das fontes de discórdia é digna de nota: uma contribuição “pró-pátria” era descontada do salário de todos os trabalhadores pelos patrões italianos de São Paulo em apoio à participação da Itália

na guerra.²⁰

A adesão à Tríplice Entente e a participação na Liga das Nações

Apesar das críticas e pressões contrárias, tanto as autoridades governamentais quanto a maioria da opinião pública mostravam-se simpáticas aos países Aliados e inclinadas a apoiá-los de forma substantiva. Em 1917 a posição do Brasil diante do conflito evoluiu rapidamente, passando da neutralidade à declaração de guerra ao Império Alemão, seguida da decisão de colaborar com o envio de uma esquadra naval, militares e ajuda humanitária. A decisão de a Alemanha fazer guerra submarina total com o objetivo de bloquear a Grã-Bretanha e seus aliados acarretou o torpedeamento de navios dos países neutros das Américas e a elevação da tensão internacional. No dia 4 de abril a população brasileira despertou com notícia do afundamento do vapor *Paraná* na costa ocidental da francesa por um submarino alemão sem aviso prévio e sem socorro à tripulação. Uma semana depois, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Império Alemão, enquanto o ministro de relações exteriores, Lauro Müller, de ascendência alemã, era acusado pela imprensa aliadófila de ser simpático ao país agressor e cobrado no sentido de tomar uma posição mais severa.

A despeito dos protestos e represálias do governo brasileiro, outros navios mercantes foram torpedeados -Tijuca, Lapa, Macau, Acari e Guaíba-, justificando a tomada de medidas

18. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira, *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...*, Op. Cit., p. 23.

19. BANDEIRA, Moniz, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, pp. 287-288.

20. FAUSTO, Boris, *Trabalho e conflito social (1890-1920)*, Difel, São Paulo, 1977, pp. 192-216; VINHOSA, Francisco L. T., *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...*, Op. Cit., pp. 154-156.

mais severas: o “reconhecimento do Estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil” em outubro de 1917, a abertura dos portos do país às nações aliadas e o confisco de 46 navios alemães ancorados no Brasil, além inúmeras sanções contra negócios de cidadãos e de empresas da Alemanha que operavam no território brasileiro.²¹ Sob pressão e em meio a tais eventos, Lauro Müller renunciou, sendo substituído pelo ex-vice-presidente Nilo Peçanha, aliadófilo que teve papel decisivo na mudança da política em relação ao conflito e em especial aos Estados Unidos.

Embora o governo brasileiro mantivesse uma posição de independência em relação às posições norte-americanas durante guerra, ela foi substituída pela convergência ao longo de 1917. A atitude de cooperação do Brasil com os Estados Unidos não era fortuita e tinha como fundamento o conceito de Hemisfério Ocidental, de acordo com o qual as nações americanas estavam ligadas por vínculos históricos tornando-as um conjunto à parte no mundo e que, por conseguinte, a América formava um sistema político diverso do europeu.²² Essa visão compartilhada pelas elites dirigentes brasileiras era o produto da reconversão da política exterior do país, que de europeísta durante o período monárquico, tornara-se a americanista depois da proclamação da república em 1889. A Doutrina Monroe revitalizada pela agressão alemã era ainda um elemento adicional à posição do governo brasileiro, que afirmava a união do Brasil e os Estados Unidos “por uma tradição de amizade e pelos mesmos sentimentos

21. BUENO, Clodoaldo, *A política externa da Primeira República...*, Op. Cit., p. 458-461.

22. GARCIA, Eugênio Garcia, *Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920*, Editora da Universidade de Brasília, FUNAG, Brasília, 2006, p. 35.

na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios reconhecidos do direito”.²³

Do ponto de vista estratégico o entendimento com os Estados Unidos objetivou permitir a utilização dos portos brasileiros pela esquadra naval norte-americana para a proteção do Atlântico Sul dos submarinos alemães, em benefício direto do comércio marítimo brasileiro. Recém-chegados ao Rio de Janeiro, no dia 4 de julho de 1917 os marinheiros desfilaram no centro da cidade acompanhados de contingentes brasileiros e franceses para comemorar o *Independence Day* e selar festivamente o apoio aos Aliados.²⁴

Dentro das suas limitações militares e materiais, o governo do Brasil se propôs de forma unilateral a colaborar materialmente com os Aliados. Mandou 13 oficiais aviadores para treinamento na Grã-Bretanha que foram incorporados à Real Força Aérea. Organizou uma missão médica aos combatentes feridos que compreendeu a instalação do chamado Hospital do Brasil em Paris com 300 leitos, um corpo de médicos-cirurgiões, um corpo de estudantes e de soldados para proteger o edifício.²⁵ Em termos de suporte bélico, foi significativo e ao mesmo tempo frustrante o envio de uma força da marinha com seis navios, a Divisão Naval em Operações de Guerra. Contaminada pela gripe espanhola em Dakar atrasou-se por meses e apenas conseguiu cruzar o

23. Ministério das Relações Exteriores (doravante, MRE), “Guerra na Europa - Documentos diplomáticos - Atitude do Brasil, 1918”, em GARCIA, Eugênio Garcia, *Entre a América e a Europa...*, Op. Cit., p. 40.

24. BANDEIRA, Moniz, *Presença dos Estados Unidos no Brasil...*, Op. Cit., p. 285.

25. Funcionando até 1919, as instalações dotadas dos mais modernos equipamentos hospitalares foram doadas ao governo francês.

Estreito de Gibraltar no dia anterior ao armistício que encerrou a guerra.

Que motivos levaram o Brasil a se envolver diretamente no conflito? Embora o afundamento dos navios tenha sido o fator imediato que justificou a declaração de guerra ao Império Alemão, por si só não é suficiente para explicar uma decisão única entre os países sul-americanos. A rigor, tal decisão apenas pode ser compreendida como resultado da interação de vários fatores. Economicamente, a entrada na guerra visou facilitar e recuperar o comércio exterior com os Aliados, superar as restrições impostas à exportação de café e possibilitar a incorporação dos navios alemães retidos no país. Internamente, atendia ao clamor popular e a pressão da imprensa e dos grupos aliadofilos, fortalecendo o prestígio interno do governo do presidente Venceslau Brás. Externamente, o país buscou beneficiar-se do fortalecimento dos laços de solidariedade continental com os Estados Unidos, da sua proteção naval no Atlântico e do efeito dissuasório diante das ameaças do Império Alemão.²⁶ Por fim, havia ainda o prestígio internacional do país derivado da vitória aliada, assim como os potenciais benefícios resultantes das negociações de paz e para a construção de uma nova ordem mundial.

A vitória dos Aliados em novembro de 1918 abriu um novo capítulo da política exterior do Brasil. Em que pese a inexpressiva contribuição do Brasil para o resultado final do conflito, ela constituiu uma fonte de prestígio internacional a ser explorada pelo governo brasileiro, que a partir disso buscava um lugar entre as nações que decidiam os rumos do mundo. De

início, o país conquistou assento na Conferência de Paz ao lado das potências vencedoras e, em uma ação coordenada com os Estados Unidos, ali conseguiu ampla vitória nas suas reivindicações relativas à dívida alemã da compra de café e à nacionalização dos 46 navios mercantes alemães apreendidos no Brasil. Na visão de um dos delegados à conferência, Pandiá Calógeras, ela se abriu “de par em par para nosso ingresso como grande potência na política mundial”.²⁷

O Brasil também teve direito a participar das reuniões preparatórias de criação da Liga das Nações e graças à mediação dos Estados Unidos o país conseguiu participar do Conselho da organização na condição de membro temporário. Segundo o Presidente Woodrow Wilson o Brasil havia sido convidado a participar do Conselho não só pela condição de beligerante, mas também como representante da América Latina. Inicialmente o Conselho era formado por 5 membros permanentes que correspondiam às potências vendedoras (Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão) e 4 membros temporários escolhidos pela Assembleia de países. No entanto, apesar dos esforços de W. Wilson os Estados Unidos abandonaram a Liga, antes mesmo da sua primeira reunião oficial, em razão da não aprovação do Tratado de Versailles pelo Senado norte-americano.

Nos anos seguintes a diplomacia brasileira empenhou-se tornar realidade a aspiração já mencionada de Pandiá Calógeras. A composição do Conselho foi objeto de permanente questionamento dos países que não faziam parte do rol de grandes potências. Enquanto os

26. GARCIA, Eugênio Garcia, *Entre a América e a Europa...*, Op. Cit., p. 40.

27. CALÓGERAS, Pandiá, “Conferência da Paz: diário”, em GARCIA, Eugênio Vargas, *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 33.

pequenos países reivindicavam a ampliação do número de assentos temporários, as potências médias, como o Brasil, lutavam pela obtenção de um posto permanente. Enquanto isso não era possível, a cada ano Brasil empenhou-se, e com sucesso, em ser reeleito na condição de membro temporário do Conselho. A reeleição do Brasil e sua pressão pelo posto permanente motivaram animosidades que acabaram por culminar na crise que levou ao abandono da Liga em 1926, em um contexto de choque frontal com a Alemanha e de indisposição com os membros europeus e latino-americanos.²⁸

A crise que levou o Brasil a sair da Liga das Nações teve como principal responsável o próprio governo brasileiro, então conduzido pelo presidente Artur Bernardes, que havia superestimado o papel do Brasil no sistema internacional. Apesar da sua dimensão geográfica e populacional o Brasil não passava de um país agroexportador que não possuía nem indústria moderna nem capacidade bélica suficiente para almejar o status de grande potência. Por outro lado, mostrava que para as autoridades brasileiras a participação da Liga em si não era tão importante quanto ocupar um posto permanente no Conselho como fonte de prestígio. Assim, quando o Brasil não conseguiu sua reivindicação, a saída da Liga foi justificada e explorada interna e externamente como um ato de preservação do orgulho nacional ferido. Aqueles que estudaram a retirada da Liga são unânimes em apontar a irrealidade das pretensões do governo Artur Bernardes, o fracasso da diplomacia brasileira e o isolamento internacional resultante. O período de participação da Liga correspondeu a um momento de europeização da diplomacia brasileira que, uma vez

frustrado, implicou a reorientação da política externa para o seu leito tradicional, qual seja, o relacionamento com os países do continente americano.²⁹

O despertar nacionalista na vida política e intelectual

A participação na Liga das Nações desempenhou um importante papel de propaganda pelo qual o governo brasileiro procurou legitimar seus dirigentes políticos assim como transmitir uma sensação de otimismo quanto ao futuro do país. Entretanto, mesmo para os observadores da época as ambições do Brasil estavam além das suas possibilidades.³⁰ Como uma nação retardatária em todos os aspectos poderia querer igualar-se às maiores potências?

A retirada da Liga foi apenas mais um episódio a mais da crise de legitimidade que rodeava os governos da Primeira República e que assombrava o sistema de poder dos partidos republicanos estaduais e suas respectivas oligarquias. Desde a proclamação da república em 1889, o país vinha passando por um processo de modernização sustentado pela agro-exportação, urbanização, industrialização e imigração européia. Com o término da monarquia, o país se reorganizara com base em instituições republicanas que garantiam a rotatividade do poder nos estados e no governo federal mediante eleições regulares. Porém, como outros

29. GARCIA, Eugênio Vargas, *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*..., Op. Cit., pp. 137-141. A propósito do impacto da guerra nas relações do Brasil com a política pan-americana: DULCI, Tereza M. S., *As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*, Alameda, São Paulo, 2013.

30. SOARES, José Carlos de Macedo, *O Brasil e a Sociedade das Nações*..., Op. Cit., pp. 138-142.

28. SOARES, José Carlos de Macedo, *O Brasil e a Sociedade das Nações*, A. Pedone, Paris, 1927, pp. 122-142.

países latino-americanos que viviam por rápidos processos de transformação, esta era contraditória. Os antigos problemas não apenas continuavam como se somavam às novas tensões políticas e sociais diante das quais as instituições públicas se mostravam impotentes, a exemplo dos crescentes conflitos entre capital e trabalho.

A Primeira Guerra foi justamente a conjuntura a partir da qual ganhou corpo a crítica à experiência política republicana, às condições socioculturais da população e ao modelo econômico liberal e agroexportador. O nacionalismo constituiu o principal elemento ideológico mobilizado pelos intelectuais, políticos e movimentos críticos do *status quo* dispostos a promover a regeneração do Brasil por meios dos mais diversos programas que iam do combate ao analfabetismo à cura das enfermidades endêmicas, passando pela reorganização da Constituição republicana e o abandono dos modelos culturais europeus. Ora, se o nacionalismo não era uma novidade no Brasil, a guerra desencadeou a transformação da sua natureza: representou a passagem do antigo nacionalismo ufanista e telúrico para o “nacionalismo militante”,³¹ mais concreto, organizado e orientado à resolução dos problemas brasileiros. Colocado no primeiro plano do debate político-intelectual, a nova onda nacionalista postulava o abandono das fórmulas importadas do Velho Mundo, em favor de uma tomada de consciência patriótica para afirmar a possibilidade de o Brasil alcançar um lugar entre as nações reconhecidamente civilizadas.

As primeiras iniciativas nacionalistas, nascidas durante a guerra, não tinham uma feição

claramente direitista. Ainda mantinham o compromisso com o liberalismo e possuíam propostas moderadas de reforma, muitas vezes mais indicando problemas que apresentando soluções. Como militante da causa aliada, Olavo Bilac desenvolveu conferências para estimular o civismo que desembocaram na criação da Liga de Defesa Nacional, em 1916, com o apoio de oficiais das forças armadas, políticos, industriais e autoridades da igreja Católica.³² A educação primária e o serviço militar obrigatório formavam o lema da Liga de Defesa Nacional: o serviço militar para fazer frente ao perigo externo e a instrução para combater o perigo interno.³³ O serviço militar seria um dispositivo capaz de borrar as fronteiras entre civis e militares, por meio da difusão da “consciência civil” nos quartéis. O “cidadão-soldado”, fruto desse processo de amálgama que desembocaria na identificação Exército-nação, constituiria uma “força nacional real”, de grande importância para a solução dos problemas brasileiros.³⁴ O ensino, nacionalizado mediante a instrução dos filhos de imigrantes em língua portuguesa, seria complementado aos mais jovens por meio de treinos militares em instituições escolares e clube de escoteiros. Sob a influência dessa liga outras surgiram, a exemplo da Liga Nacionalista de São Paulo, em defesa da “verdade eleitoral”, o combate à abstenção e à fraude nas eleições, e em apoio a tais bandeiras realizou campanhas de alfabetização para a consciente participação eleitoral

32. DEUTSCH, Sandra McGee, *Las derechas. The extreme right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890-1939*, Stanford University Press, Stanford, 1999, p. 109.

33. NAGLE, Jorge, *Educação e sociedade na Primeira República*, Edusp, São Paulo, 1974, p. 46.

34. LIGA DE DEFESA NACIONAL. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)>.

31. OLIVEIRA, Lucia Lippi de, *A questão nacional na Primeira República...*, Op. Cit., pp. 145.

da população. Em 1924 a liga paulista envolveu-se com a revolta tenentista de São Paulo, o que precipitou o seu fechamento, mas não sem influenciar a formação de um partido crítico ao *status quo* oligárquico, o Partido Democrático de São Paulo, força que apoiaria Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1929 e depois o movimento que o levou ao poder no ano seguinte.

Outra tendência vinculada ao catolicismo surgiu com a criação dos movimentos *Ação Social Nacionalista* e *Propaganda Nativista*. Ambas organizações compartilhavam propostas similares: o compromisso com a Igreja Católica, as raízes americanas, a nacionalização do comércio, a exaltação dos heróis pátrios, a fala e escrita em “língua brasileira”, a defesa da mestiçagem e a crítica ao domínio da colônia de imigrantes portugueses na imprensa e no comércio.³⁵ Criada em 1919, como sociedade de caráter político e formada exclusivamente por pessoas nascidas no Brasil, *Propaganda Nativista* atraiu intelectuais, profissionais e funcionários públicos de vários estados da federação. A defesa mais intransigente da religião católica e a inscrição do nome de Deus na Constituição foram duas das suas marcas. A *Ação Social Nacionalista* possuía um conteúdo mais radical, contando com membros e apoios de importantes nomes do mundo político, do governo, da alta hierarquia Igreja católica e de oficiais Forças Armadas que se fizeram representar na cerimônia de instalação da entidade para 1500 convidados em abril de 1920.³⁶ O seu líder, Alcebíades Delamare almejava um

regime ditatorial no Brasil que emulasse os exemplos de Primo de Rivera e de Mussolini e levasse a cabo reformas baseadas na doutrina social da Igreja.

Mencione-se ainda a participação de Jackson de Figueiredo na vaga nacionalista. Decididamente antiliberal, tornou-se o principal líder nacional do laicato católico, que a partir da cidade de Rio de Janeiro estabeleceu um movimento para a recatolização do Brasil tendo como pilares a criação da revista *A Ordem* (1921) e do *Centro Dom Vital* (1922). Partidário do pensamento contrarrevolucionário francês, era admirador do líder da *Action Française*, Charles Maurras, apesar de discordar da subordinação do catolicismo ao nacionalismo. A “revolução espiritual” seria a resposta aos “ismos” contemporâneos: cosmopolitismo, liberalismo, comunismo, materialismo que ameaçavam a tradição nacional brasileira. No âmbito editorial um destacado papel coube à *Revista do Brasil*. Fundada por um grupo de intelectuais vinculados ao diário *O Estado de S. Paulo*, em 1916, em seguida foi comprada e dirigida pelo escritor Monteiro Lobato, que manteve o conjunto de colaboradores da publicação até o encerramento de suas atividades, em 1925. De acordo com o seu programa, a revista pretendia ser um reflexo da alma nacional sufocada pelo “estrangeirismo invasor e pelo esnobismo infrene das grandes capitais”.³⁷ Representou um marco ao de tratar de forma aprofundada e crítica a realidade brasileira nas suas múltiplas dimensões -política, sociedade, economia, educação, saúde, cultura- por meio dos mais competentes especialistas e publicistas da época.

35. Vinte pontos definiam o programa como “mandamentos do patriota brasileiro”. OLIVEIRA, Lucia Lippi de, *A questão nacional na Primeira República...*, Op. Cit., pp. 133-138; 150-156.

36. DEUTSCH, Sandra, *Las derechas...*, Op. Cit., pp. 115 - 128.

37. REVISTA DO BRASIL, São Paulo, 1919, Nº 47, V. XII, ano IV, p. 193.

As inquietações que orientavam o debate intelectual nacionalista caminharam *pari passu* à emergência de movimentos novos políticos e culturais. Ainda que restrito a algumas capitais, o movimento operário, principalmente de base anarco-sindicalista dedicou-se à organização e defesa dos trabalhadores. Em alguns momentos, como na greve de 1917 de São Paulo, a falta de canais de negociação e a arbitrariedade policial terminavam em violência e mortes.³⁸ Em 1922, um grupo anarquista fascinado com a Revolução Russa funda o Partido Comunista Brasileiro, o qual nos anos seguintes ganharia terreno no movimento sindical e se constituiria em um ator político protagonista de ações dramáticas no final dos anos vinte e durante a Era Vargas. Por sua vez, também naquele ano eclodiu o primeiro levante tenentista na capital federal, tendo como principal foco o Forte de Copacabana. Foi um movimento de protesto de jovens oficiais contra a posse do presidente eleito Artur Bernardes, o qual era apoiado pelas duas maiores oligarquias estaduais, de São Paulo e de Minas Gerais.

Em 1924, outro levante similar e de maior proporção ocorreu na cidade de São Paulo com o objetivo de derrubar o presidente Bernardes. Diferentemente do Rio de Janeiro, a revolta paulista distinguiu-se por apresentar um programa de reformas que buscava corrigir a república liberal: voto secreto, efetiva representação política, combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, equilíbrio dos três poderes, moralização do Poder Legislativo e ampliação da centralização do governo federal para frear o excesso de poder dos governos estaduais. Derrotados após quase um mês de enfrentamento, os revoltosos fugiram para o

interior do país e formaram a lendária Coluna Prestes que desafiou o governo federal depois ao percorrer cerca de 25 mil quilômetros até ser desbaratada em 1927. Apesar da derrota, a maioria dos seus remanescentes aliaram-se aos líderes da Revolução de 1930 e participaram ativamente do governo Vargas ocupando tanto postos políticos quanto ascendendo na carreira militar.³⁹

No campo das ideias, um amplo círculo de intelectuais passou a compartilhar um pensamento nacionalista e crítico ao *status quo* a partir da Primeira Guerra. Embora a maioria tivesse valores ainda vinculados ao liberalismo, foram de maneira crescente deslocando-se na direção das concepções orgânicas e elitistas que demandavam maior intervenção do Estado em todas as dimensões da vida brasileira.

Alberto Torres constituiu um personagem que inspirou todos os críticos da ordem oligárquica. Reconhecido político e jurista, desenvolveu um pensamento original que foi estampado em livro tais como *O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*, ambos publicados em 1914. Denunciava os juízos baseados em determinismos biológicos que atribuíam os males do país à composição multiétnica da população. Se havia um problema com o povo, residia fundamentalmente nas suas insuficientes condições materiais de vida e no seu enorme déficit educacional. Para o autor o Brasil era um país essencialmente desorganizado em termos sociais e econômicos, com um povo miserável e ignorante e sem uma elite dirigente capacitada para enfrentar os desafios do

38. FAUSTO, Boris, *Trabalho e conflito social (1890-1920)*..., Op. Cit., pp. 192-211.

39. CARVALHO, José Murilo de, "Forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in FAUSTO, Boris (director) *O Brasil Republicano, V. 2, Sociedade e instituições (1889-1930)*, Difel, São Paulo, 1985.

futuro: “este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo”.⁴⁰ A defesa da neutralidade na guerra, entendida por Torres como choque de interesses imperialistas, era coerente com a crítica ao domínio econômico dos monopólios internacionais e das grandes potências. Defendia uma sorte de capitalismo nacional baseado na pequena propriedade rural para que os agricultores pudessem viver dignamente e no qual os brasileiros tivessem os seus direitos preservados diante dos imigrantes. Identificando os intelectuais como um grupo separado do restante da sociedade, convocava-os a ser uma força social que forjaria tanto a consciência nacional quanto futuro político da nação. Para isso eles deveriam abandonar o pensamento tomado do Velho Mundo, compreender a realidade nacional com ferramentas próprias e oferecer soluções originais para o Brasil. Uma de suas propostas passava pela revisão da Constituição de 1891 com o objetivo de fortalecer a centralização do poder na União e dotar a figura do presidente da república de maiores poderes.

As inquietações diante dos desafios da realidade brasileira ganharam uma síntese com a publicação do livro *À margem da história da república*, em 1924. Tratava-se de uma enquete composta por intelectuais que haviam nascido após a queda da monarquia e que buscavam romper o isolamento político e social a que se consideravam relegados. Na introdução, o organizador do livro, Vicente Licínio Cardoso comparava-os a Prometeus acorrentados pela opinião pública que os esmagava com pior dos castigos, o silêncio de uma nacionalidade sem consciência. Pretendia ser a afirmação de ideias, de crenças, de expectativas, prelúdio de

um futuro fecundo ou epílogo de visionários tombados, na certeza que ali ficaria marcada uma época ou fixada uma data histórica.⁴¹ É certo que tal discurso guardava uma enorme auto-glorificação dos intelectuais, mas não é possível ignorar que semelhante juízo fazia parte do processo de formação de uma *intelligentsia* no Brasil. Ou seja, uma camada de homens cultos, críticos da realidade nacional, atuantes no campo cultural e sensíveis à política, conscientes de sua particularidade como categoria social específica e autônoma, que se atribuía uma missão regeneradora dentro da sociedade brasileira.⁴²

Cada um dos textos do livro realizava um diagnóstico acompanhado de um programa tendo como horizonte a redenção dos males que afligiam o Brasil. Os assuntos privilegiavam certas temáticas em função da própria formação cultural e profissional dos seus autores. Foram tratados a instrução escolar, a cultura cívica, a consciência nacional, as finanças, os direitos sociais, a organização da sociedade e do trabalho, a evolução histórica, o papel da igreja católica e a reforma constitucional. Um pressuposto geral bastante enfatizado por Oliveira Vianna era o descompasso entre o país real e o país legal, isto é, entre a concreta realidade brasileira e o artificialismo do seu sistema legal calcado nas instituições de outros países.

Um lugar comum nos capítulos era a constatação das deficiências da população brasileira -primitiva, miserável, analfabeta, doente, desorganizada- que em nada a república teria

41. CARDOSO, Vicente Licínio, *À margem da história da república*, Massangana, Recife, 1990, pp. 11-13.

42. MARTINS, Luciano, “A gênese de uma intelligentsia. Os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1987, Nº 4, V. 2, pp. 65-87.

40. TORRES, Alberto, *A organização nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1914, p. 198.

contribuído a melhorar, permanecendo o mesmo quadro social do período monárquico apesar da abolição da escravidão. Em vista disso, para Vicente Licínio Cardoso, o que se chamava de povo entre as nações civilizadas não possuía existência real no Brasil.

Oliveira Vianna que se tornaria uma das figuras centrais da Era Vargas, criticava o “idealismo” da Constituição de 1891, uma vez que baseada na doutrina liberal e, portanto, no sistema representativo. Considerava que tal sistema se apoiava na existência de um regime de opinião pública, algo que nas condições do Brasil ainda não existia, e, por conseguinte comprometia o funcionamento do sistema republicano. De nada resolveria o empenho na realização de eleições honestas, pois o sistema legal não passava de uma ficção imposta pelo artificialismo da Constituição. Tal situação paradoxal teria sua origem na história colonial, caracterizada pela presença de poderosos latifundiários de um lado e de uma massa de populações humildes dependentes de outro, formando um quadro ainda persistente no século XX. Outro fator era o “insolidarismo” dos vários grupos sociais do país, isto é a inexistência de sentimentos coletivos capazes de promover a consciência e a organização social e política. O resultado é que 9/10 da população não passavam de párias dependentes dos senhores territoriais; e que até mesmo os proprietários rurais, industriais, comerciantes e operários vivessem em estado de semi-consciência dos seus direitos e deveres. Como alternativa Vianna propunha educar civicamente as oligarquias, assim como reformar a Constituição de modo a promover transformações sociais e econômicas em benefício das massas. Na mesma linha, Pontes de Miranda clamava pelo estabelecimento da Segunda República, propondo uma revisão constitucional com

dispositivos para a promoção da educação, do trabalho, dos direitos sociais e da organização dos trabalhadores.

Outra crítica assinalada pelos autores dirigia-se ao papel dominante dos chamados “bacharéis”, geralmente advogados, na vida política. Segundo Gilberto Amado os bacharéis eram a fonte da burocracia e da cultura do emprego público, afastando os jovens da agricultura, comércio e indústria, isto é atividades mais úteis para o desenvolvimento nacional. O quadro econômico do país era visto como desolador em face das insuficiências econômicas, de infra-estrutura, de comunicações e de tecnologia agrícola e industrial. Em resumo era urgente um projeto modernizador de envergadura compatível com as necessidades técnicas e econômicas de um país com a dimensão territorial do Brasil.

Ao refletir sobre a cultura e a nacionalidade os autores ressaltavam a busca de perspectivas originais. Alceu Amoroso Lima -então sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde- apontava que as nacionalidades americanas eram muito mais complexas do que supunham os europeus: “somos nacionalidades apressadas, onde todas as fases da civilização coexistem”. Ser nacional significava construir uma nacionalidade, de modo tal que apenas o futuro permitiria concretizar a síntese das forças vivas que compunham as nações americanas.

Ao concluir a enquête, Vicente Licínio Cardoso retomava a questão nacional e o papel dos intelectuais. Contra as expectativas de progresso, manifestava frustração por sentir que o Brasil regredia: “encontramo-nos bruscamente perante a pátria por fazer, ainda informe ainda tolhida em sua ação sem vitalidade, sem alma, sem ideal”. A nacionalidade brasileira apenas

teria existência real quando fosse criado um idealismo orientador das expectativas, crenças, e necessidades. Se em nenhum momento da história havia sido necessário pensar o Brasil com tanta urgência como então, também a nenhuma geração teria cabido a responsabilidade de sustentar de tal modo a primazia das ideias.

Merece atenção a nova ênfase dada pelos intelectuais à América Latina, indicando o afastamento do Velho Mundo em favor de uma tomada de consciência das raízes americanas das nações do continente. No livro acima comentado, Ronald Carvalho clamava pela aproximação das novas gerações de brasileiros com os povos latino-americanos uma vez que confinados nas nossas fronteiras apenas tínhamos olhos para ver a insidiosa Europa. Acima do livro francês ou inglês propunha o colocar o conhecimento mútuo das possibilidades americanas. Sem receio de serem chamados de bárbaros, os americanos tinham o dever de destruir o preconceito europeu, “o pior e o mais nocivo de todos os nossos males”, sentenciando: “deixemos de pensar em europeu, pensemos em americano”.⁴³ Com um sentido mais prático, Monteiro Lobato foi outro personagem que defendeu maior intercâmbio cultural entre os países latino-americanos tanto por meio da sua editora quanto da *Revista do Brasil*. Nesta publicação concedeu prioridade aos assuntos argentinos por meio da difusão dos seus intelectuais, escritores, livros e matérias da grande imprensa. Por sua vez, a editora lançou uma coleção chamada Biblioteca Americana que trouxe ao público a primeira tradução em português do consagrado *Facundo* de Domingo Faustino Sarmiento.

43. CARVALHO, Ronald, “Bases da nacionalidade brasileira”, em CARDOSO, Vicente L., *À margem da história da república...*, Op. Cit., p. 196.

A publicação mais emblemática do interesse pela América Latina foi a revista *América Brasileira*, editada mensalmente por Elysis de Carvalho, no Rio de Janeiro, entre 1921 e 1924. Ao mesmo tempo nacionalista e americanista, a publicação dedicava-se a debater os problemas brasileiros e internacionais com ênfase na história, economia, política, literatura e arte. O seu editor-proprietário imprimia-lhe suas ideias, opiniões e posições políticas pautadas pelo nacionalismo panfletário, a lusofilia, o ibero-americanismo, o autoritarismo e a defesa de um modelo de civilização ibérico para o Brasil. Importantes intelectuais participaram do rol de colaboradores, tais como Graça Aranha, Tasso da Silveira, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Rocha Pombo, Paulo Prado, Oliveira Vianna, além do ensaísta venezuelano Rufino Blanco Fombona e do integralista português Antônio Sardinha.⁴⁴

Entre o final da guerra e o início dos anos 1930, os intelectuais brasileiros assumiram paulatinamente o papel de agentes políticos por meio de varias formas de atuação: como ideólogos, como líderes de forças políticas ou ainda vinculados ao aparelho de estado varguista.⁴⁵ A experiência da sua geração relativa a essa transição foi exposta de forma modelar por Alceu Amoroso Lima em suas memórias e no famoso artigo *Adeus à disponibilidade*, de

44. LEMOS, Clarice C., “O nacionalismo na América Latina. A questão da raça”, in Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Associação Nacional dos Professores Universitários de História (doravante, ANPUH), Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371320905_ARQUIVO_CLARICECALDINILEMOS-artigoAnpuh2013-final.pdf>.

45. PECAUT, Daniel, *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, Ática, São Paulo, 1990, p. 24.

1929. Descreve como realizara a sua conversão de crítico literário para crítico ideológico e líder do laicato católico, indicando o impacto da Grande Guerra nessa decisão. Afirma que até o conflito não havia nada porque lutar e que a vida se resumia ao diletantismo irresponsável, à contemplação do passado e à fruição do cosmopolitismo do tempo presente; a tragédia da guerra despertara a sua geração da indiferença, do ceticismo e do absenteísmo, pondo fim ao estado de disponibilidade para abri-la a uma atitude radical, agressiva e violenta de compromisso contra tudo que a tinha divorciado da real percepção da cruel realidade contemporânea, especialmente a brasileira.⁴⁶

Embora parte dos intelectuais tenha mantido um compromisso entre o nacionalismo e o liberalismo, outra parte rompeu com esta ideologia para constituir-se como uma direita nacionalista e autoritária. Esta nova direita desdobrou-se em vertentes em razão das suas relações com diferentes fontes teóricas, políticas e ideológicas. A corrente católica liderada por Alceu Amoroso Lima tinha o apoio da hierarquia eclesiástica, possuía amplitude nacional e enorme capacidade de influência sobre a opinião pública e o governo Vargas. Defendeu os valores relacionados à religião, impôs a agenda católica na Constituição de 1934, orientou a política educacional e manteve estreitos laços com o regime varguista. Em suma, o grupo católico buscou recuperar a perda de status da Igreja como sócio privilegiado do sistema de político, processo de declínio iniciado no final da monarquia que culminou com a proclamação da república.

A corrente fascista foi composta por novas or-

ganizações políticas, das quais a mais influente foi a Ação Integralista Brasileira, paradoxalmente, o primeiro partido de massas do país.⁴⁷ Com uma extensa rede de filiados e centros políticos, utilizou-se do discurso ultranacionalista, da mobilização de massas e do culto do seu líder máximo Plínio Salgado. Teve uma ideologia eclética, baseada no nacionalismo telúrico e no messianismo de uma nova raça mestiça brasileira, que incorporou elementos do tradicionalismo católico, do integralismo português, do salazarismo, do fascismo italiano e do anti-semitismo de inspiração nazista. Para Salgado, a história progredia por fases -politeísta, monoteísta, ateísta- que culminariam na etapa integral, também denominada Quarta Humanidade.

Finalmente, uma terceira tendência -cientificista- identificada com um projeto autoritário de modernização sob o Estado varguista, foi conformada por Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Distante da religião e da Igreja católica, foi uma corrente laica e herdeira da tradição positivista brasileira que se baseava na sociologia e na observação dos avanços técnico-científicos para fundamentar suas teses. Isto explica a sua ênfase em temas tais como a reorganização do Estado, a industrialização, as relações capital-trabalho e a integração nacional. Elaboradas na época da Grande Guerra e na década seguinte, tais ideias não só formaram um quadro de referência para a construção do Estado varguista como permitiram que seus formuladores atuassem na qua-

46. LIMA, Alceu Amoroso, *Memórias improvisadas*, Vozes, Petrópolis, 1973, pp. 36-56.

47. As demais organizações foram a Legião Cearense do Trabalho, Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), Partido Nacional Sindicalista e o movimento monarquista Ação Imperial Patríonovista. TRINDADE, Héglio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*, Difel, São Paulo, 1979, p. 279.

lidade de funcionários e ideólogos de proa.⁴⁸

Em termos gerais, esta nova direita fundamentou-se tanto nas críticas realizadas contra o regime republicano brasileiro quanto nas teorias e experiências da crescente extrema-direita europeia. Contra a teoria universalista do liberalismo, estes autoritários afirmavam que as instituições políticas deveriam ser convergentes com as características de cada povo. Nada era mais artificial que transplantar o sistema legal, os valores sociais e a cultura política da Europa ocidental, notadamente França e Inglaterra, cuja história e composição social eram totalmente diferentes da realidade brasileira.

Com inspiração nas teorias organicistas, a sociedade brasileira era vista como um corpo constituído por unidades desconectadas entre si, como conjunto desarticulado de habitantes, grupos sociais e regiões. Do ponto de vista econômico criticava-se a livre concorrência, a grande empresa e o capitalismo internacional que sufocavam a pequena indústria nacional e tornavam a economia sujeita aos interesses externos. A miséria do homem do campo estava a exigir medidas econômicas de distribuição de terras e assistência sanitária, ao passo que as más condições socioeconômicas dos trabalhadores urbanos era fonte de insatisfação e de movimentos subversivos da ordem que violavam o caráter nacional e que exigiam a reorganização das relações entre capital e trabalho. Finalmente, a nacionalidade brasileira era en-

carada menos como uma realidade efetiva do que algo por realizar-se no futuro, mediante a conjugação de transformações ao mesmo tempo materiais e simbólicas. Educação, cultura, esporte, valores cívicos, seriam todos elementos responsáveis por infundir a consciência nacional na mente dos brasileiros, sobretudo as crianças, os jovens e os trabalhadores. A despeito das suas diferenças, todas as correntes da direita nacionalista colocavam diante de si uma missão patriótica de regeneração nacional que passava pela extinção das instituições liberais e pela construção de uma nova ordem.

Ora, a quem mais poderia caber a tarefa hercúlea como a sintetizada acima? A mais ninguém que o Estado. Alberto Torres, já havia assinalado o rol decisivo do estado à frente dos países recentemente desenvolvidos, isto é, fora dos quadros do *laissez-faire*, a exemplo do Japão, Alemanha, Austrália e Nova Zelândia. Definia as nações tardias como “obras de arte política” uma vez que, não formadas espontaneamente, eram o resultado do talento dos seus dirigentes.⁴⁹ O aparelho político-administrativo do Estado era, portanto, a única força, instrumento, vontade, inteligência com a função de promover a ação nacional e de manter a vida do país de forma permanente. Tal visão supunha um Estado autoritário e baseado em um regime de representação corporativa tendo à frente um líder de massas capaz de interpretar a vontade nacional. Tais concepções supunham que o verdadeiro Estado nacional ainda não tivera existência real nem sob o regime monárquico nem sob o republicano liberal. Apenas o advento da Era Vargas e principalmente a ditadura do Estado Novo representariam a concretização do Estado nacional,

48. BEIRED, José Luis B., “Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil”, in *Estudios Sociales*, Santa Fé, 2007, V. 33, Nº 1, pp. 123-154; BEIRED, José Luis B., *Sob o signo da nova ordem...*, Op. Cit.; LAMOUNIER, Bolívar, “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”, em *História geral da civilização brasileira*, in FAUSTO, Boris (director) *História geral da civilização brasileira*, T. III, Segundo V., Difel, São Paulo, 1977, pp. 343-374.

49. MARSON, Adalberto, *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*, Duas Cidades, São Paulo, 1977, p. 181.

um estado reformulado às condições dos novo tempos do mundo, situado acima dos interesses particulares e em condições de conduzir o país à modernidade sem abrir mão das suas tradições.

Um estado autoritário, intervencionista, técnico e planejador deveria coordenar as forças empresariais e os trabalhadores para o progresso e a integração nacional. Os parlamentos do sistema liberal não mais seriam necessários em vista do caráter técnico e corporativo da administração do Estado contemporâneo. Segundo Azevedo Amaral, a Grande Guerra havia mostrado o fracasso do “Estado Político”, e a emergência do “Estado Econômico”, ou seja, um órgão de caráter científico, corporativo e direcionado a dinamizar as forças econômicas nacionais.⁵⁰ Oliveira Vianna dedicou-se não só a fundamentar teoricamente o Estado autoritário, mas foi o principal formulador da legislação laboral do varguismo consubstanciada na Consolidação das Leis do Trabalho. A exaltação da figura pública de Getúlio Vargas como líder da nação e do Estado autoritário foi outra tarefa a que se dedicaram tais ideólogos. Na sua formulação mais extremada, Francisco Campos passou a evocar tanto o fascismo como as teorias de Georges Sorel e de Bergson para justificar que as massas clamavam pela aparição de um César. O mito do líder e o irracionalismo da psicologia coletiva das massas encontrariam sua expressão política no presidente da república, um personagem carismático que enfeixaria as pulsões psíquicas coletivas na direção da sua integração à nação e ao Estado, como afirmaria no discurso do primeiro aniversário do regime do Estado Novo, “um chefe, um povo, uma nação: um Estado

nacional e popular”.⁵¹

A repercussão na Argentina em perspectiva comparada

A guerra europeia foi o primeiro grande episódio a colocar os países latino-americanos no cenário da política mundial. A combinação de inúmeros fatores -interesses econômicos, pressões internacionais, vínculos sociais e culturais com a Europa- produziu diferentes impactos e respostas em cada uma das nações da região.⁵² Os estudos comparativos do impacto da Primeira Guerra na América Latina, apesar de escassos, são da maior relevância para a compreensão dos seus efeitos tanto em escala global quanto das especificidades nacionais. No que respeita ao Brasil, a comparação com a Argentina é fundamental para a elaboração de uma perspectiva histórica mais complexa que supere as limitações das abordagens restritas ao quadro nacional e às relações com os países beligerantes. Nesse sentido, nos últimos anos, vários estudos e seminários foram dedicados a

51. CAMPOS, Francisco, *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1940, pp. 16-23; 214.

52. En julho de 1918, oito países declararam-se aliados à Entente, a maioria do Caribe e América Central, zonas de influencia norte-americana: Brasil, Cuba, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Cinco romperam relações com os Impérios Centrais: Peru, Bolívia, Uruguai, Equador e República Dominicana. Os restantes mantiveram-se neutros: México, Argentina, Chile, Paraguai, Colômbia, Venezuela, El Salvador e México. OJEDA, Mario, “América Latina y la Gran Guerra. Un acercamiento a la cuestión”, in *Política y cultura*, México, 2014, Nº 42, pp. 7-30; PALAMARA, Graziano, Entre guerra y paz. América Latina frente a la tragedia del primer conflicto mundial, em *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, 2015, V. 42, Nº 2, pp. 103-126.

50. AMARAL, Azevedo, *O Brasil na crise actual*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1934, pp. 46-63.

mostrar a potencialidade da comparação histórica entre os dois vizinhos de modo que a análise de um permita iluminar a compreensão do outro.⁵³

Não seria exagero afirmar que o Brasil e a Argentina foram os países sul-americanos mais afetados pelo conflito em uma conjuntura em que as dimensões interna e externa entrelaçaram-se de tal modo que se tornaram indissociáveis. Fronteiriças, as duas nações influenciavam-se reciprocamente e guardavam uma série de aspectos comuns: possuíam os maiores territórios e populações entre os países da região, dispunham de milhares de quilômetros de costa atlântica, tinham economias agroexportadoras fortemente dependentes do comércio exterior, contavam com muitos investimentos e negócios com os países beligerantes, abrigavam as maiores colônias de imigrantes europeus da América Latina e mantinham fortes laços culturais com a Europa. Os efeitos da guerra incidiram nos vários âmbitos dos dois países -da economia às relações sociais e da política ao debate intelectual-, muitas vezes de forma similar. As diferenças por sua vez não foram pequenas e são do maior interesse à reflexão do historiador, pois um balanço comparativo permite não só inventariar as particularidades do processo histórico cada país, mas princi-

palmente compreender como as questões de ordem interna articulavam-se às injunções da vida internacional.

No campo econômico, Brasil e Argentina foram atingidos pela queda do comércio exterior, aumento da inflação, contração do crédito externo, diminuição dos investimentos europeus diretos e ameaças ao tráfego marítimo. As chamadas “listas negras” proibiam que os cidadãos de um determinado país mantivessem relações comerciais com outros de países inimigos, afetando os negócios com empresas alemãs estabelecidas em território brasileiro e argentino. No caso do Brasil, empresas e bancos alemães foram fechados a contragosto pelas autoridades brasileiras por pressões dos países Aliados. Foi um contexto decisivo para o declínio do domínio inglês na economia latino-americana *pari passu* à crescente hegemonia dos Estados Unidos que ocuparam o vácuo deixado pela Inglaterra. Enquanto o Brasil enfrentou uma acentuada queda das exportações de café para a Europa nos anos iniciais do conflito, a Argentina teve uma diminuição menos drástica até 1916, seguida de uma significativa elevação dos valores nos dois anos seguintes. A Inglaterra não só cortou as compras de café do Brasil alegando ser um produto supérfluo, como também bloqueou o transporte do produto na Europa do norte. Em contrapartida, os cereais e as carnes eram essenciais para o abastecimento dos países europeus, representando a principal fonte de receitas das exportações argentinas. Apesar disso, as exportações brasileiras se recuperaram alcançando em 1918 quase o mesmo valor de 1913⁵⁴ e os laços econômicos com os Estados Unidos foram estreitados

53. FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, Editora 34, São Paulo, 2004; CAPELATO, Maria Helena, *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, Papirus, Campinas, 1998; DEUTSCH, Sandra M., Op. Cit.. Foram realizados seminários com estudiosos de ambos os países que resultaram nas seguintes publicações: LLADÓS, José Maria; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (organizadores) *Perspectivas Brasil e Argentina*, IPRI, Rio de Janeiro, 1997; VVAA, *A visão do outro: Seminário Brasil e Argentina*, FUNAG, Brasília, 2000; CARDIM, Carlos Henrique; HIRST, Mônica (organizadores) *Soberania e cultura política: Brasil-Argentina*, IPRI, Brasília, 2003.

54. BUENO, Clodoaldo, *A política externa da Primeira República...*, Op. Cit., pp. 474.

sob os protestos das autoridades britânicas.⁵⁵ A Argentina também se recuperou ao final da guerra com a retomada das exportações, mantendo em 1920 o décimo lugar mundial em termos de renda per capita, posição que já havia alcançado antes da guerra.⁵⁶

Tais elementos certamente contribuem a explicar as posições diplomáticas de cada país. A neutralidade da Argentina era coerente com o interesse em manter os seus principais mercados na Europa.⁵⁷ Em termos globais, apesar da negativa repercussão do conflito para as economias da Argentina e do Brasil, este se viu mais afetado do que a primeira em razão da sua pauta de exportações e das limitações impostas pelos beligerantes. Diante do colapso das exportações cafeeiras, o Brasil buscou na

55. O embaixador britânico dirigiu-se ao governo brasileiro em dezembro de 1918 apresentando dez considerações em favor da abolição da taxa preferencial concedida aos Estados Unidos, alegando ser injusta com seu país. VINHOSA, Francisco L. T., *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial...*, Op. Cit., pp. 152-153.

56. LANÚS, Juan Archibaldo, *Aquel apogeo. Política internacional argentina, 1910-1939*, Emecé, Buenos Aires, 2001, p. 33.

57. A Argentina conta com uma bibliografia dedicada aos efeitos econômicos e diplomáticos do conflito: SOLVEIRA, Beatriz, *Argentina y la Primera Guerra Mundial; según documentos del Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2 Tomos*, Editorial Centro de Estudios Históricos, Córdoba, 1979-1994; SIEPE, Raimundo, *Yrigoyen, la Primera Guerra Mundial y las relaciones económicas*, CEAL, Buenos Aires, 1992; WEINMANN, Ricardo, *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*, Biblos, Buenos Aires, 1994. Maria Inés Tato desenvolveu inúmeros estudos a respeito da Primeira Guerra; com uma análise ao mesmo tempo global e cultural: *La trinchera austral. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial*, Prohistoria, Rosario, 2017; com um balanço historiográfico: “La Gran Guerra en la historiografía argentina. Balance y perspectivas de investigación”, in *Iberoamericana*, Madrid, 2014, XIV, 53, pp. 91-101.

aproximação com Washington não só proteção para seus navios e mercado para o comércio exterior, mas também alternativas para novos negócios e uma ponte para recuperar as relações comerciais com o continente europeu.

A eclosão da Grande Guerra produziu um notável ativismo na sociedade argentina em razão dos estreitos laços demográficos e culturais com a Europa.⁵⁸ Em 1914 um terço da população nacional era formado por imigrantes de origem europeia, taxa que ascendia a 49 % na cidade de Buenos Aires. A cultura espanhola herdada da época colonial era a base dessa sociedade, à qual se somou a cultura dos imigrantes e a cultura francesa das elites políticas e intelectuais, os quais no século XIX haviam tomado a França como seu principal modelo de civilização. De forma paralela ao Brasil, na Argentina a opinião pública dividiu-se entre uma maioria a favor dos Aliados, os chamados rupturistas, e uma minoria a favor da neutralidade.

O grupo de rupturistas teve entre suas fileiras eminentes personagens tais como Ricardo Rojas, Leopoldo Lugones, Alfredo Palacios, Ricardo Güiraldes, Carlos Alberto Leumann, Pedro Miguel Obligado, Alfonso de Laferrère e Alberto Gerchunoff, assim como os dois principais diários portenhos, *La Prensa* e *La Nación*, além de *La Razón*, *La Argentina*, *La Mañana*, *Crítica* e *La Gaceta de Buenos Aires*. Por outro lado, o rol que se definia a favor da neutralidade reunia figuras como Manuel

58. TATO, Maria Inés, “Nacionalismo e internacionalismo en la Argentina durante la Gran Guerra”, in *Proyecto Historia*, São Paulo, 2008, Nº 36, p. 64; SÁNCHEZ, Emiliano Gastón, “La prensa de Buenos Aires ante “el suicidio de Europa”. El estallido de la Gran Guerra como una crisis civilizatoria y el resurgimiento del interrogante por la identidad nacional”, in *Memoria y sociedad*, Bogotá, 2014, V. 18, Nº 37, pp. 132-146.

Ugarte, José Ingenieros, Estanislao Zeballos, Calixto Oyuela, Belisário Roldán, Augusto Bunge, Alfredo Como e Dardo Corvalán, com o apoio do diário radical *La Época*.

Analogamente aos brasileiros, os argentinos favoráveis aos Aliados compartilhavam uma cultura francófila segundo a qual a guerra consistia em uma luta da civilização contra a barbárie. Por sua vez, o grupo dos neutralistas reunia os que denunciavam o conflito como uma pugna econômica entre diferentes imperialismos. Não obstante, vários dos nomes que se abrigavam sob o rotulo da neutralidade a rigor eram veementes defensores da causa germânica, como Ernesto Quesada, Alfredo Colmo, Juan P. Ramos e Coriolano Alberini. Com uma base social e ideológica diversa, o movimento operário constituiu uma ampla corrente social que se fez ouvir durante a guerra em favor da neutralidade por meio da imprensa e das manifestações públicas. Mais organizados e com maior poder de pressão que os brasileiros, os sindicatos argentinos também foram majoritariamente críticos à guerra, denunciando-a como imperialista e contrária aos interesses dos trabalhadores.

A guerra transcorreu sob a presidência do conservador Victorino de la Plaza na sua fase inicial e sob o radical Hipólito Yrigoyen a partir de 12 de outubro de 1916. Sob a pressão crescente da opinião pública rupturista e do governo dos Estados Unidos, ambos governantes mantiveram a Argentina em uma firme posição de neutralidade que contrastou com o deslocamento do Brasil na direção dos Aliados. Após a declaração de guerra de Washington ao Império Alemão, vários países latino-americanos mudaram sua política em relação a Berlim, rompendo relações, inclusive chegan-

do a declarar o estado de guerra.⁵⁹ No final de 1917 um conjunto de circunstâncias pressionava contrariamente à manutenção da posição das autoridades argentinas: a neutralidade era compartilhada apenas por mais seis países latino-americanos; dois navios argentinos haviam sido afundados pelos alemães, as duas câmaras do Congresso Argentino recomendavam a ruptura de relações com Berlim assim como os conservadores deslocados com a vitória eleitoral dos radicais em 1916, incluindo o célebre ex-ministro de relações exteriores Luis Maria Drago. Em suma, os maiores adversários da neutralidade estavam justamente dentro da república argentina.⁶⁰

Como explicar a inflexível postura do presidente Yrigoyen que contrariava inclusive membros do círculo governamental? Pode ser explicada pela decisão de pautar-se pela tradição governamental argentina de neutralidade com vistas a garantir a autonomia do país em situações internacionais adversas, assim como pela percepção do interesse nacional em conservar os mercados europeus de exportação. A postura do presidente também estava associada a princípios nacionalistas que buscavam afirmar as raízes históricas hispânicas da argentina, assim como projetar no futuro uma união hispano-americana de matiz antiimperialista para a contenção dos Estados Unidos. Em resumo, Yrigoyen buscou construir uma imagem de prestígio para a Argentina mediante uma postura ética, em defesa da paz e da autonomia da nação, que se distanciava da política de poder dos países beligerantes.

Com o final da guerra, a Argentina não pode

59. LANÚS, Juan Archibaldo, *Aquel apogeo...*, Op. Cit., p. 88.

60. Ídem, p. 100.

participar da Conferência de Paz com o mesmo *status* do Brasil em razão da neutralidade. Entretanto foi convidada a aderir ao pacto de criação da Liga em julho de 1919, e em novembro do ano seguinte participou da Primeira Assembleia Geral da organização. A contragosto, a delegação Argentina, presidida pelo chanceler Honório Pueyrredón, sustentou na Liga a visão internacional de Yrigoyen, que em nome da igualdade absoluta dos Estados, era refratária a qualquer solução que colocasse a Argentina em situação de inferioridade. O presidente argentino considerava inaceitável a distinção entre países beligerantes e neutros, bem como a composição do Conselho da Liga que assegurava assentos permanentes apenas para as potências beligerantes vitoriosas deixando aos demais países a participação rotativa nos assentos temporários. Sem ver suas demandas atendidas e dividida a respeito de tais questões, a delegação argentina recebeu ordens de Buenos Aires para retirar-se da Assembleia Geral em nome da defesa da honra nacional.⁶¹ Em contraste, a participação do Brasil na Liga refletiu o reconhecimento internacional de seu engajamento ao lado dos Aliados, do mesmo modo que a sucessiva reeleição do país para compor o Conselho. Apesar disso, tal como a Argentina, o Brasil também foi vítima das suas próprias ambições ao pretender igualar-se às grandes potências dentro da estrutura de poder da Liga das Nações.

Tanto a insistência na neutralidade, como o episódio da fugaz passagem da Argentina pela

61. De acordo com a documentação disponível, a retirada da Liga ocorreu à revelia da delegação que argumentou não haver motivos suficientes em vista do estágio inicial da Liga e que o teor da decisão não seria adequadamente compreendido pelos demais países. Os outros dois delegados foram Marcelo T. de Alvear e Fernando Pérez, ministros na França e Áustria respectivamente. LANÚS, Juan Archibaldo, *Aquel apogeo...*, Op. Cit., p. 146-150.

Liga podem ser interpretados como uma manifestação do despertar nacionalista nesse país. Embora o nacionalismo argentino constituísse uma força cultural ascendente já desde fins do século XIX, por certo ganhou um novo impulso a partir da Grande Guerra para tornar-se uma tendência dominante nas décadas seguintes.⁶² O recolhimento internacional da Argentina em uma postura de neutralidade expressava a disposição de a nação voltar-se a si mesma, debruçando-se sobre suas raízes históricas. Por outro lado, o avanço do nacionalismo também representou uma atitude defensiva diante das aceleradas transformações internas que inquietavam setores das elites argentinas por razões políticas, sociais e ideológicas. Exemplo disso, a enorme massa de imigrantes passou a ser vista como uma ameaçadora força social portadora de ideologias, expectativas e interesses questionadores do *status quo*.

Com o término do conflito, o nacionalismo foi associado ao catolicismo ultraconservador e às concepções fascistas, assumindo um caráter político radical e autoritário. Nos termos do poeta Leopoldo Lugones, que ao final da guerra abandonara a causa aliada pela adesão ao fascismo, “havia soado a hora da espada”, em alusão ao fracasso do liberalismo e ao início de uma nova era marcada pelo domínio da vontade, da autoridade e da força. A Liga Patriótica Argentina, criada a propósito das mobilizações operárias em Buenos Aires, de-

62. ROCK, David, *La Argentina autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública*, Ariel, Buenos Aires, 1993; BUCHRUCKER, Cristián, *Nacionalismo y peronismo. La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*, Sudamericana, Buenos Aires, 1987; NAVARRO GERASSI, Marysa, *Los nacionalistas*, Jorge Alvarez, Buenos Aires, 1968; DEVOTO, Fernando, *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna*, Siglo XXI, Buenos Aires, 2002.

monstrava a reação dessa nova direita aos imigrantes, às ideologias externas e ao movimento sindical em nome da tradição argentina e da religião católica. Nos anos vinte e trinta uma miríade de intelectuais, jornais, revistas e pequenos grupos, alguns militarizados à moda fascista, disseminaram-se pelo país influenciando a vida nacional sob os mais variados aspectos. Em 1930 um grupo de intelectuais nacionalistas não só apoiou como participou da conspiração liderada pelo general Félix Uriburu que derrubou o presidente Yrigoyen.⁶³ O anti-semitismo, o corporativismo e mesmo o culto da violência foram associados à defesa do intervencionismo estatal na economia, dos governos cesaristas e militaristas. Tanto a identidade nacional quanto a própria visão do passado argentino -o revisionismo histórico- foram reformulados, projetando no passado uma época ideal em termos de organização social, líderes e símbolos.⁶⁴

A comparação da história do Brasil e da Argentina sugere que a conjuntura da Grande Guerra foi decisiva para a reconfiguração da cultura política em favor do nacionalismo. Embrionariamente autoritário e militante na sua fase inicial, o nacionalismo radicalizou-se e ganhou maior dimensão nas décadas de 1920 e 1930, tornando-o uma corrente relevante e decisiva em ambos os países. O balanço comparativo revela, no entanto, algumas diferenças significativas. No Brasil o nacionalismo

teve um caráter notadamente modernizante e relativamente laico se comparado à Argentina, onde foi mais associado ao catolicismo e a perspectivas tradicionalistas. Como a Argentina era um dos países mais ricos e bem sucedidos no concerto das nações, os seus nacionalistas não foram tão severos na crítica aos problemas estruturais internos. Nem se detiveram na formulação de programas de reorganização nacional, afirmando principalmente a tese da restauração da nacionalidade já constituída no passado que se encontrava sufocada no presente. A situação brasileira era exatamente o contrário. Os críticos viam o Brasil como um país marcado pela pobreza, ignorância, desarticulação social, domínio oligárquico e atraso em relação às nações mais avançadas, incluindo a Argentina. Tais elementos permitem concluir que o nacionalismo brasileiro foi mais sensível à agenda da modernização, da integração nacional e da reorganização do Estado, depositando no futuro a esperança de redenção do Brasil.



63. FINCHELSTEIN, Federico, *Fascismo, liturgia e imaginario. El mito del general Uriburu y la Argentina nacionalista*, FCE, Buenos Aires, 2002.

64. QUATTROCCHI-WOISSON, Diana, *Los males de la memoria. Historia y política en la Argentina*, Emecé, Buenos Aires, 1998; HALPERIN DONGHI, Tulio, *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*, in *Punto de Vista. Revista de Cultura*, Buenos Aires, 1985, Nº 23, pp. 9-17.

Bibliografia

- ABRANCHES, Dunshee de, *A ilusão brasileira (justificativa histórica de uma atitude)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.
- AMARAL, Azevedo, *O Brasil na crise actual*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- BANDEIRA, Moniz, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.
- BECKER, Jean-Jacques, “A opinião”, in RÉMOND, René, *Por uma história política*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996, pp. 185-211.
- BECKER, Jean-Jacques, “L’opinion publique: un populisme?”, in *Vingtième Siècle*, Paris, 1997, Nº 56, pp. 92-98;
- BEIRED, José Luis B., “Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil”, in *Estudios Sociales*, Santa Fé, 2007, V. 33, Nº 1, pp. 123-154.
- BEIRED, José Luis B., *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*, Loyola, São Paulo, 1999.
- BUCHRUCKER, Cristián, *Nacionalismo y peronismo. La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*, Sudamericana, Buenos Aires, 1987.
- BUENO, Clodoaldo, *A política externa da Primeira República. Os anos de apogeu - de 1902 a 1918*, in Paz e Terra, São Paulo, 2003.
- CAMPOS, Francisco, *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1940.
- CAPELATO, Maria Helena, *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, Papirus, Campinas, 1998.
- CARDIM, Carlos Henrique; HIRST, Mônica (organizadores) *Soberania e cultura política: Brasil-Argentina*, IPRI, Brasília, 2003.
- CARDOSO, Vicente Licínio, *À margem da história da república*, Massangana, Recife, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de, “Forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, in FAUSTO, Boris (director) *O Brasil Republicano, V. 2, Sociedade e instituições (1889-1930)*, Difel, São Paulo, 1985.
- CHÉRADAME, André, *O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula*, Garnier, Paris, 1917.
- COMPAGNON, Olivier, *O adeus à Europa. A América Latina e a Grande Guerra*, Rocco, Rio de Janeiro, 2014.

- DEUTSCH, Sandra McGee, *Las derechas. The extreme right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890-1939*, Stanford University Press, Stanford, 1999.
- DEVOTO, Fernando, *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna*, Siglo XXI, Buenos Aires, 2002.
- DULCI, Tereza M. S., *As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*, Alameda, São Paulo, 2013.
- FAUSTO, Boris, *Trabalho e conflito social (1890-1920)*, Difel, São Paulo, 1977.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, Editora 34, São Paulo, 2004.
- FINCHELSTEIN, Federico, *Fascismo, liturgia e imaginario. El mito del general Uriburu y la Argentina nacionalista*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2002.
- GARAMBONE, Sidney, *A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*, Mauad, Rio de Janeiro, 2001.
- GARCIA, Eugênio Garcia, *Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920*, Editora da Universidade de Brasília, FUNAG, Brasília, 2006.
- GARCIA, Eugênio Vargas, *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- HALPERIN DONGHI, Tulio, *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional, in Punto de Vista. Revista de Cultura*, Buenos Aires, 1985, Nº 23, pp. 9-17.
- HOBSBAWM, Eric, *A era dos extremos. O breve século XX*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995.
- LAMOUNIER, Bolívar, “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”, in FAUSTO, Boris (director) *História geral da civilização brasileira*, T. III, Segundo V., Difel, São Paulo, 1977, pp. 343-374.
- LANÚS, Juan Archibaldo, *Aquel apogeo. Política internacional argentina, 1910-1939*, Emecé, Buenos Aires, 2001.
- LEMOS, Clarice C., “O nacionalismo na América Latina. A questão da raça”, in Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), Natal, 2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371320905_ARQUIVO_CLARICECALDINILEMOS-artigoAnpuh2013-final.pdf>.
- LIGA DE DEFESA NACIONAL. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)>.
- LIMA, Alceu Amoroso, *Memórias improvisadas*, Vozes, Petrópolis, 1973.

- LLADÓS, José Maria; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (organizadores) *Perspectivas Brasil e Argentina*, IPRI, Rio de Janeiro, 1997.
- MALATIAN, Teresa, “A construção do convencimento: Júlio Mesquita e os Boletins de Guerra do jornal O Estado de S. Paulo (1914-1918)”, em *Patrimônio e Memória*, Assis, 2013, V. 9, Nº 2, pp. 205-219. Disponível em <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/349/686>>.
- MARSON, Adalberto, *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*, Duas Cidades, São Paulo, 1977.
- MARTINS, Luciano, “A gênese de uma intelligentsia. Os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1987, Nº 4, V. 2, pp. 65-87.
- MEDEIROS, Jarbas, *Ideologia autoritária no Brasil. 1930-1945*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.
- MENEZES, Lená; LESSA, Mônica. “Circuitos da informação na era da catástrofe. Notas sobre a imprensa escrita em tempos de guerra e revolução”, in FONSECA, Sílvia; CORRÊA, Maria Leticia (organizadores) *200 anos de imprensa no Brasil*, Contra Capa, Rio de Janeiro, 2009.
- MESQUITA, Júlio, *A Guerra (1914-1918)*, Terceiro Nome, São Paulo, 2002.
- NAGLE, Jorge, *Educação e sociedade na Primeira República*, Edusp, São Paulo, 1974.
- NAVARRO GERASSI, Marysa, *Los nacionalistas*, Jorge Alvarez, Buenos Aires, 1968.
- OJEDA, Mario, “América Latina y la Gran Guerra. Un acercamiento a la cuestión”, in *Política y cultura*, México, 2014, 42.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, *A questão nacional na Primeira República*, Brasiliense, São Paulo, 1990.
- PALAMARA, Graziano, Entre guerra y paz. América Latina frente a la tragedia del primer conflicto mundial, in *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, 2015, V. 42, Nº 2, pp. 103-126.
- PECAUT, Daniel, *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, Ática, São Paulo, 1990.
- PIRES, Livia C., “Os inimigos da nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919)”, in *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, 2015, V. 8, Nº 1, pp. 61-80.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana, *Los males de la memoria. Historia y política en la Argentina*, Emecé, Buenos Aires, 1998.
- REVISTA DO BRASIL, São Paulo, 1919, Nº 47, V. XII, ano IV, p. 193.
- ROCK, David, *La Argentina autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública*, Ariel, Buenos Aires, 1993.

- ROLLAND, Denis, “La crise exemplaire d’un modèle européen en Amérique Latina: les racines anciennes du retrait du modèle politique e culturel français”, in *História (São Paulo)*, São Paulo, 2008, V. 27, Nº 1, pp. 283-344.
- SÁNCHEZ, Emiliano Gastón, “La prensa de Buenos Aires ante “el suicidio de Europa”. El estallido de la Gran Guerra como una crisis civilizatoria y el resurgimiento del interrogante por la identidad nacional”, in *Memoria y sociedad*, Bogotá, 2014, V. 18, Nº 37, pp. 132-146.
- SIEPE, Raimundo, *Yrigoyen, la Primera Guerra Mundial y las relaciones económicas*, CEAL, Buenos Aires, 1992.
- SOARES, José Carlos de Macedo, *O Brasil e a Sociedade das Nações*, A. Pedone, Paris, 1927.
- SOLVEIRA, Beatriz, *Argentina y la Primera Guerra Mundial; según documentos del Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2 Tomos*, Editorial Centro de Estudios Históricos, Córdoba, 1979-1994.
- TATO, Maria Inés, “Nacionalismo e internacionalismo en la Argentina durante la Gran Guerra”, in *Projeto História*, São Paulo, 2008, Nº 36, pp. 63-76.
- TATO, Maria Inés, “La Gran Guerra en la historiografía argentina. Balance y perspectivas de investigación. In *Iberoamericana*”, Madrid, 2014, V XIV, Nº 53, pp. 91-101.
- TATO, Maria Inés, *La trinchera austral. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial*, Prohistoria, Rosario, 2017
- TORRES, Alberto, *A organização nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1914.
- TRINDADE, Héliogio, *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*, Difel, São Paulo, 1979.
- VINHOSA, Francisco L. T., *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial. A diplomacia brasileira e as grandes potências*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1984.
- VVAA, *A visão do outro: Seminário Brasil e Argentina*, FUNAG, Brasília, 2000.
- WEINMANN, Ricardo, *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*, Biblos, Buenos Aires, 1994.